

Bom Pagador

Econ. Brasil

O Brasil fez um gesto que a comunidade financeira internacional levou em alta conta mas não mereceu o reconhecimento doméstico: depois de cumprir pelo quinto trimestre consecutivo as metas de desempenho fiscal acertadas com o FMI, o governo decidiu quitar antecipadamente US\$ 10,3 bilhões do pacote internacional de novembro de 1998.

O socorro ao Brasil, na crise provocada pela moratória da Rússia em agosto de 1998, envolveu 20 países. Sob a coordenação do FMI e do Banco de Compensações Internacionais (BIS) – o banco central dos bancos centrais – foram liberados US\$ 32 bilhões, aos quais se juntariam créditos de US\$ 9 bilhões do BID e do Banco Mundial.

O presidente Fernando Henrique, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, reiteraram na ocasião que o empréstimo de emergência funcionaria como uma espécie de seguro de crédito (uma conta garantida como o cheque especial) e só seria totalmente usado em caso de aprofundamento da crise.

Apesar da turbulência do real, em janeiro de 1999, o Brasil conseguiu sacar a totalidade dos recursos porque recuperou a credibilidade internacional, expressa pela reabertura dos créditos voluntários internacionais aos setores público e privado (que tinham se fechado desde a crise russa) e o recorde absoluto nos investimentos diretos.

A mudança de quadro e da percepção internacional em relação ao Brasil não ocorreu, po-

rém, por um passe de mágica. Foi a recompensa pelos sacrifícios gerais a que o país se submeteu, no cumprimento das metas fiscais, e pelo exímio controle da atual diretoria do Banco Central sobre a política monetária e o câmbio.

Se o quadro de crise desapareceu do horizonte e a política cambial caminha dentro da maior tranquilidade, a ponto de ter sido revista de R\$ 1,98 para R\$ 1,75 a taxa cambial que o acordo com o FMI previa para o fim do ano 2000, não havia mais necessidade da vigência dessa conta garantida. O nível de reservas já não era mais necessário numa situação de calmaria e de crescente ingresso de investimentos.

Mesmo com a quitação dos US\$ 10,3 bilhões, o nível de reservas reajustado na quinta revisão do acordo com o FMI diminuiu pouco menos da metade desse valor (de US\$ 29,8 bilhões para US\$ 25 bilhões), graças ao ingresso de US\$ 7 bilhões em investimentos de janeiro a março. Na comunidade financeira com restrições ao Brasil pelas moratórias do passado (1982, 1987 e 1988) e o descumprimento de sete cartas de intenção ao FMI, o conceito mudou da água para o vinho, e deve ter reflexos em facilidades de prazos e custos nos empréstimos externos pelo setor privado.

No plano interno, o acordo com o FMI e a dispensa do guarda-chuva internacional não vão servir de motivo para afrouxar a vigilância e a austeridade pública. Os bons resultados valerão como vacina contra as tentações tradicionais.